

Sul América Serviços de Saúde S.A.

CNPJ 02.866.602/0001-51



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 418, emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, estas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com conjunto de normas emitidas pelo CPC. Com o intuito de uniformizar o método de divulgação da demonstração do fluxo de caixa, que é requerido o método direto nas informações trimestrais encaminhadas a ANS, a Companhia passou a adotar a demonstração de fluxo de caixa, para fins de divulgação das suas demonstrações financeiras anuais, também pelo método direto. **Conjuntura econômica:** Em 2017, a economia brasileira conseguiu superar uma das mais profundas recessões da história econômica do país. A gestão da política econômica, focada na responsabilidade macroeconômica, destravando a agenda de reformas estruturais, propiciou um choque positivo de confiança nos agentes econômicos, fundamental para o crescimento econômico. Estima-se um crescimento do PIB de cerca de 1,0% em 2017, em um ambiente de inflação controlada, juros em baixos patamares e contas externas em níveis saudáveis. O consumo liderou a saída da recessão pois contou com fatores pontuais, como a liberação de recursos das contas inativas do FGTS, responsável pela injecção de aproximadamente R\$43 bilhões na economia, alavancando o consumo e permitindo a quitação de dívidas pelas famílias. As vendas do comércio varejista ganharam força, abrindo espaço para a retomada da produção industrial, impactando positivamente o mercado de trabalho. As empresas voltaram a contratar, promovendo lenta, mas continuada redução do desemprego. A taxa de desemprego, que se encontrava em 13,7% em março, recuou para 12,0% no final de 2017. Ademais, a recuperação da renda do trabalho, em meio a juros em queda, favoreceu a redução do endividamento familiar, permitindo a volta das famílias ao mercado de crédito, fortalecendo o consumo e impulsionando a atividade econômica. Ao longo de 2017, observou-se intenso processo de desinflação na economia, dando mais consistência à recuperação. A inflação brasileira, medida pelo IPCA/IBGE, que se situava em 6,29% no final de 2016, fechou 2017 em 2,95%, se constituindo na menor taxa de inflação anual desde 1998. Um ambiente inflacionário favorável, com inflação caindo abaixo da meta (4,5%) permitiu que o Banco Central promovesse acentuada queda da taxa Selic de 13,75% no início do ano para 7,0% em dezembro. Os investimentos voltaram a reagir e devem mostrar crescimento pouco acima de 2% em 2017, após três anos de quedas. A reação foi impulsionada pela maior absorção de máquinas e equipamentos na esteira do bom desempenho do setor agropecuário e pela retomada de investimentos de infraestrutura paralisados. Pelo lado fiscal, o quadro ainda preocupa pois os déficits prosseguem e a dívida pública permanece em alta. Prevalece a necessidade de continuidade das grandes reformas, fundamental para o reequilíbrio das contas públicas. As perspectivas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado em meio à inflação controlada e taxas de juros baixas. O consumo continuará sendo importante determinante do crescimento, que deverá contar também com a participação crescente dos investimentos, principalmente aqueles relacionados à construção civil e infraestrutura. Os riscos a esse cenário advêm do resultado das eleições de 2018 e suas consequências para a necessidade de ajuste das contas públicas.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2017	2016	△
Contraprestações efetivas	1.571,3	1.058,9	48,4%
Eventos Indenizáveis líquidos	(1.515,2)	(1.011,6)	-49,8%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	56,1	47,3	18,6%
Resultado bruto	48,1	35,0	37,5%
Resultado financeiro líquido	29,3	7,5	293,8%
Resultado antes dos impostos e participações	53,5	14,2	276,4%
Resultado líquido	37,0	9,6	284,3%

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2017, as contraprestações efetivas totalizaram R\$1.571,3 milhões, 48,4% acima do ano anterior. Os eventos indenizáveis líquidos representaram uma despesa de R\$1.515,2 milhões, um aumento de 49,8% em comparação a 2016. O resultado das operações com planos de assistência à saúde somaram, dessa forma, R\$56,1 milhões, 18,6% acima do ano anterior e o resultado líquido no final do período foi de R\$37,0 milhões, um aumento significativo em relação a 2016.

4. Distribuição do resultado:

	2017	2016
Lucro antes dos impostos e participações	53,5	14,2
(-) Impostos e contribuições	(14,7)	-2,3
(-) Participações	(1,8)	-2,3
Lucro líquido do exercício	37,0	9,6
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1,8)	-0,5
Lucro líquido ajustado	35,1	9,1
Dividendos obrigatórios:		
25% do lucro líquido ajustado	8,8	2,3
Saldo dos dividendos obrigatórios	8,8	2,3
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	26,3	6,9

5. Investimentos: Em 31/12/2017, a Companhia mantinha investimentos diretos na Healthways Brasil Serviços de Consultoria Ltda. no montante de R\$10,1 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **7. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de acordos de acionistas.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.

A ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	Notas	2017
Contraprestações efetivas	—	1.571.304
Receitas com operações de assistência à saúde	—	1.058.859
Contraprestações líquidas	15.1	1.057.327
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	—	(6.023) (3.530)
Eventos indenizáveis líquidos	—	(1.515.181)
Eventos conhecidos ou avisados	15.2	(1.515.181) (1.015.591)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	—	56.123
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	—	579
Recetas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	—	16.791
Outras receitas operacionais	15.4	16.791
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	—	(11) (11)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	15.5	(21.736) (16.062)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	—	(9.467) (14.485)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	15.5	(12.269) (1.577)
Resultado bruto	—	48.116
Despesas administrativas	15.3	(31.425) (32.475)
Resultado financeiro líquido	—	15.6
Receitas financeiras	15.7	30.186
Despesas financeiras	15.8	(842) (1.456)
Resultado patrimonial	—	9
Receitas patrimoniais	—	7.459
Despesas patrimoniais	—	(7.459)
Resultado antes dos impostos e participações	—	53.494
Imposto de renda	15.9	(10.105) (2.360)
Contribuição social	15.9	(3.840) (901)
Impostos diferidos	15.9	(734) 981
Participações sobre o lucro	—	(1.843) (2.311)
Resultado líquido	—	36.972
Quantidade de ações	—	11.414.059.943
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$	—	3.2392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2016
Ativo		
Circulante	—	281.328
Disponível	—	186.861
Realizável	—	150.262
Aplicações financeiras	10	217.582
Provisão de eventos a liquidar para SUS	—	1.298
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	—	216.284
Debitos com operações de assistência à saúde	—	26.599
Comercialização sobre operações	—	1
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	—	26.598
Debitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	—	25
Provisão para IR e CSLL	—	5.400
Tributos e encargos sociais a recolher	—	15.238
Débitos diversos	11	16.484
Não circulante	—	6.785
Realizável a longo prazo	—	49.485
Créditos tributários e previdenciários	8	30.456
Ativo fiscal diferido	8	16.930
Depósitos judiciais e fiscais	13.1	2.099
Investimentos	9	10.084
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	—	10.084
Outros investimentos	—	10.084
Imobilizado	—	7
Imobilizado de uso próprio	—	7
Não hospitalares/não odontológicos	—	9
Intangível	—	84
Total do ativo	—	616.028
Passivo		
Contraprestações efetivas	—	1.571.304
Receitas com operações de assistência à saúde	—	1.058.859
Contraprestações líquidas	15.1	1.057.327
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	—	(6.023) (3.530)
Eventos indenizáveis líquidos	—	(1.515.181)
Eventos conhecidos ou avisados	15.2	(1.515.181) (1.015.591)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	—	56.123
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	—	579
Recetas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	—	16.791
Outras receitas operacionais	15.4	16.791
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	—	(11) (11)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	15.5	(21.736) (16.062)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	—	(9.467) (14.485)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	15.5	(12.269) (1.577)
Resultado bruto	—	48.116
Despesas administrativas	15.3	(31.425) (32.475)
Resultado financeiro líquido	—	15.6
Receitas financeiras	15.7	30.186
Despesas financeiras	15.8	(842) (1.456)
Resultado patrimonial	—	9
Receitas patrimoniais	—	7.459
Despesas patrimoniais	—	(7.459)
Resultado antes dos impostos e participações	—	53.494
Imposto de renda	15.9	(10.105) (2.360)
Contribuição social	15.9	(3.840) (901)
Impostos diferidos	15.9	(734) 981
Participações sobre o lucro	—	(1.843) (2.311)
Resultado líquido	—	36.972
Quantidade de ações	—	11.414.059.943
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$	—	3.2392

As notas explicativas são

continuação

Sul América Serviços de Saúde S.A. | CNPJ 02.866.602/0001-51

4.2. Riscos de mercado: Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; • Taxa de retorno mínima. Tal política é elaborada e mantida pelo CoR. Permanetemente, o CoR, base em estudos de Gestão de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos e Financeira, e é monitorado pelo CoR. Permanetemente, o Comitê de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VAR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. **4.2.1. Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar temporariamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de caixa e fluxos de investimento. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar prevenivamente qualquer situação de anomalias, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e os seguros em 31/12/2017 e 2016.

Descrição	2017			
	Saldo em vencimento	Até 01 ano	Valor de custo	Valor de mercado
Instrumentos financeiros	294.339	-	294.339	294.335
Aplicações financeiras	294.339	-	294.339	(4) 294.335
Valor justo por meio do resultado	294.335	-	294.335	294.335
Disponível para venda	4	-	4	(4) -
Contraprestações pecuniais a receber (a)	- 213.663	213.663	-	- 213.663
Provisões técnicas	1.991	217.582	-	- 219.573

Descrição	2016			
	Saldo em vencimento	Até 01 ano	Valor de custo	Valor de mercado
Instrumentos financeiros	176.672	-	176.672	176.668
Aplicações financeiras	176.672	-	176.672	(4) 176.668
Valor justo por meio do resultado	176.668	-	176.668	176.668
Disponível para venda	4	-	4	(4) -
Contraprestações pecuniais a receber (a)	- 124.629	124.629	-	- 124.629
Provisões técnicas	1.936	150.262	-	- 152.198

(a) Considera a contraprestação pecunial a receber líquido de redução ao valor recuperável dos créditos. (b) Até 01 ano. Para fins de comparabilidade, ajustamos a tabela a 2016. **4.3. Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprir os termos em que foi acordado. Estes riscos poderiam se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissários de créditos não honrem com os pagamentos nas datas previstas. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável das contraprestações pecuniais a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 6.1). A composição da carteira da Companhia é baseada em cotações de fundo de investimentos administrados por instituição de primeira linha, não pertencente ao grupo. Vale ressaltar que a Companhia não investe diretamente em crédito privado, tendo alocado sua carteira em fundos classificados como renda fixa. **4.4. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, com o objetivo de acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e maximizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. **4.5. Gestão de riscos:** A gerência de riscos é responsável por gerenciar e mitigar riscos de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violam o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos em que a Companhia julgue necessário. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação de mitigadores (risco inerente) e após a ação dos mitigadores (risco residual), levando em consideração a frequência, a severidade e mitigadores dos riscos identificados. **4.5. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.5.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia, visando sempre garantir que todos os contratos estejam de acordo com os processos judiciais da organização. A área judicial ainda também contribui com os projetos de melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitá-las riscos legais nas operações. Adicionalmente a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdessemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. **4.5.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócios que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações aplicáveis ao negócio e garantir que os órgãos reguladores e suas entidades devidamente possam relatar a compliance da organização ao seu gestor ou órgãos reguladores. **4.6. Gestão de capital:** A gestão de capital é realizada na Companhia através de um processo contínuo de cálculo e monitoramento do capital regulatório requerido e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Companhia. A Companhia apura mensalmente suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado por efeitos econômicos em relação ao capital regulatório requerido. Durante os anos de 2017 e 2016, o valor apurado sempre foi suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Além disso, são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios.

Descrição	2017		2016	
	Saldo em 01/01/2016	Valor justo por meio do resultado	Saldo em 01/01/2016	Valor justo por meio do resultado
Patrimônio líquido	327.915	179.663	327.915	179.663
Adições				
Obrigações legais	533	782		
Deduções				
Créditos tributários	(4.796)	(11.040)		
Despesas antecipadas	(1.189)	(69)		
Intangível	(297)	(179)		
Patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos	322.166	169.157		
Solvência (a)	36.750	28.091		
Suficiência	285.416	141.066		

(a) A Companhia considera o diferimento da margem de solvência, calculado com base na Resolução Normativa nº 209/2009. **5. Aplicações:** **5.1. Composição das aplicações:**

Descrição	2017		2016	
	Saldo em 01/01/2016	Valor justo por meio do resultado	Saldo em 01/01/2016	Valor justo por meio do resultado
Aplicações	63.669		77.052	
Rendimentos resgate			(6.523)	
Principal resgate			(66.363)	
Resultado financeiro			6.813	
Saldo em 31/12/2016	176.668			

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimento de renda fixa. **5.2. Movimentação das aplicações:**

Descrição	2017		2016	
	Saldo em 01/01/2016	Valor justo por meio do resultado	Saldo em 01/01/2016	Valor justo por meio do resultado
Aplicações	63.669		77.052	
Rendimentos resgate			(6.523)	
Principal resgate			(66.363)	
Resultado financeiro			6.813	
Saldo em 31/12/2016	176.668			

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimento de renda fixa. **5.2. Movimentação das aplicações:**

Descrição	2017		2016	
	Saldo em 01/01/2016	Valor justo por meio do resultado	Saldo em 01/01/2016	Valor justo por meio do resultado
Aplicações	63.669		77.052	
Rendimentos resgate			(6.523)	
Principal resgate			(66.363)	
Resultado financeiro			6.813	
Saldo em 31/12/2016	176.668			

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimento de renda fixa. **5.2. Movimentação das aplicações:**

Descrição	2017		2016	
	Saldo em 01/01/2016	Valor justo por meio do resultado	Saldo em 01/01/2016	Valor justo por meio do resultado
Aplicações	63.669		77.052	
Rendimentos resgate			(6.523)	
Principal resgate			(66.363)	
Resultado financeiro			6.813	
Saldo em 31/12/2016	176.668			

continuação

Sul América Serviços de Saúde S.A. | CNPJ 02.866.602/0001-51

(a) A variação, em 2017, refere-se a uma decisão favorável nos autos do processo judicial fiscal no montante de R\$14.634. 15.5. Outras despesas operacionais: Em 31/12/2017, as "Outras despesas operacionais", no montante de R\$25.366 (R\$16.265 em 2016), estão registradas nas rubricas "Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde", no montante de R\$21.736 (R\$16.062 em 2016) e "Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora", no montante de R\$3.630 (R\$203 em 2016), compostos da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
INSS de prestadores médicos - pessoa física	(4.176)	
Despesas c/ serviços técnicos de planos de assistência à saúde	(2.559)	(2.273)
Constituição de provisão para contingências civis e outras operações de seguros	(3.287)	(1.814)
Constituição/reversão da provisão para perdas sobre créditos	(12.269)	(1.577)
Honorários de auditoria/consultoria médica	(3.317)	(2.570)
Outros	(3.934)	(3.855)
Total	(25.366)	(16.265)

15.6. Resultado financeiro líquido por categoria:

Descrição	2017	2016
Títulos e valores mobiliários	20.156	6.813
Valor justo por meio do resultado	20.156	6.813
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	188	(637)
Outros	9.000	1.275
Total	29.344	7.451

15.7. Receitas financeiras:

Descrição	2017	2016
Valorização de cotas de fundos de investimentos	20.156	7.351
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	141	40
Outras	9.889	1.516

Total	30.186	8.907
-------	--------	-------

15.8. Despesas financeiras:

Descrição	2017	2016
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	–	(538)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	47	(677)
Outras	(889)	(241)

Total	(842)	(1.456)
-------	-------	---------

15.9. Reconciliação de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para o valor registrado nas demonstrações do resultado, conforme demonstrado a seguir:

Directora: Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. **Directores Vice-Presidente:** Marco Antonio Antunes da Silva; e Maurício da Silva Lopes. **Directores(as):** Alessandra Maia Marinho Basile; André Luiz Lauzana dos Santos; Erika Fuga Rossi; Fabiane Reschke; Laenio Pereira dos Santos; Raquel Reis Correa Giglio; Reinaldo Amorim Lopes; Ricardo Bottas Dourado dos Santos; e Tereza Villas Boas Veloso. **Contador:** Mauro Reis d'Almeida - CRC - RJ 066.620/0-7. **Atuária:** Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Serviços de Saúde S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Serviços de Saúde S.A. A 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Base para opinião:** Nossa opinião é fundada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e compatíveis com as demandas de responsabilidade éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras responsabilidades que acompanham as demonstrações financeiras:** e o relatório do auditor: A Administradora da Companhia é responsável por essas outras informações que aparecem no Relatório de Administração e não expressa nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, aí, fazê-lo considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma aparente estar desacordado de fato relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos requerer a comunicação desse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e do governador das demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

ECONOMISTA ANDRÉ BRAZ

Ibre: "IGP-M deve ter alta em torno de 0,20% em março após subir 0,07%"

Queda menos intensa de produtos in natura e da expectativa para insumos industriais seriam motivo

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) deve ter leve aceleração em março após subir 0,07% em fevereiro, indica o economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ainda que evite fazer projeções, Braz acredita que o IGP-M possa subir em torno de 0,20%, como consequência da queda menos intensa esperada pelos produtos in natura no atacado e no varejo e da expectativa de avanços na soja, no minério de ferro e outros insumos para a indústria.

Em fevereiro, o IGP-M foi o menor para o mês desde 2012 (-0,06%) e possibilitou um aumento ligeiro da deflação em 12 meses, de -0,41% para -0,42%. Para o próximo mês, Braz estima aceleração da taxa em 12 meses, visto que, em março de 2017, o IGP-M marcará alta ligeira de 0,01%.

O economista ainda acrescentou que a tendência é de aceleração modesta no indicador durante o ano alinhada à expectativa de recuperação mais forte da economia. A partir de abril, Braz estima que o

IGP-M já deve ter alta em 12 meses, já que no mesmo mês do ano passado foi iniciada uma sequência de quedas fortes, com recuo de 1,10%. "Há expectativa de alta na agricultura mesmo com uma safra similar ao recorde do ano passado. Mas mesmo que alimentação continue favorecendo com taxas baixas, devemos ter alguma alta em itens industrializados como efeito da retomada."

Essa análise de alimentação ocorre porque, em fevereiro, os produtos alimentícios contribuíram bastante para o arrefecimento do IGP-M,

tanto no Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que teve queda de 0,02% após alta de 0,91%, quanto no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que desacelerou de 0,56% para 0,28%.

O IPA agropecuário recuou 0,71%, de elevação de 0,17% em janeiro, e o grupo Alimentação (1,11% para 0,07%) foi o principal responsável pelo alívio no varejo, segundo a FGV.

Braz destacou que a queda nos alimentos é generalizada e não somente reflexo da boa oferta sazonal de produtos in natura, que também vêm

sendo beneficiados pelo clima bastante favorável no início do ano.

Os itens in natura no IPA caíram 2,24% após alta de 3,21% em janeiro, enquanto os produtos processados, como a carne bovina (0,40% para -4,32%) aumentaram a deflação (-0,36% para -1,96%). No varejo, as hortaliças e legumes saíram de 13,56% para 3,16% e a queda da alcata (1,96% para -2,90%) foi listada como uma das principais influências de baixa.

"O clima no início desse ano foi uma agradável surpresa, porque esperávamos que não fosse ajudar e está favorecendo bastante, o que contribui para a inflação continuar baixa em 2018."

Assim, Braz avalia que o Banco Central não deve encontrar nenhum desafio em preços em 2018. "O IPA não mostra nenhuma reviravolta que indique mudança abrupta." Contudo, o economista avalia que outras questões, como a suspensão da reforma da Previdência, podem impor cautela ao BC.

Ainda que veja alguma aceleração dos produtos in natura, por efeito sazonal, o

Braz espera que em março os produtos agropecuários continuem negativo, principalmente por processados, que devem seguir com preços baixos para consumidor, beneficiados pelo clima e por questões de mercado. Já Alimentação no IPC deve ter leve avanço, completa o economista, também pela estimada aceleração em itens in natura, o que deve contribuir para alta no varejo para algo em torno de 0,35%.

Em fevereiro, Braz ainda afirmou que o minério de ferro (6,57% para 0,38%) e os combustíveis, como a gasolina (3,20% para -4,56%) e o GLP (6,17% para -0,88%), dentro do IPA, contribuiriam para o alívio do IGP-M. Mas o economista acredita que esses itens podem voltar a acelerar em março.

Os preços no varejo também contribuíram para a desaceleração do IGP-M. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) arrefeceu de 0,56% para 0,28% no período, com a principal contribuição do grupo Alimentação, que teve forte alívio, de 1,11% para 0,07%. Dentro do segmento, a FGV destaca a influência

do item hortaliças e legumes, cuja taxa passou de 13,56% para 3,16%.

Outras quatro classes de despesas desaceleraram entre janeiro e fevereiro. Com o fim dos reajustes típicos em cursos formais (3,59% para 2,05%), Educação, Leitura e Recreação desacelerou de 1,46% para 1,01%. Vestuário teve recuo maior (-0,28% para -0,56%) com a influência da redução de acessórios do vestuário (1,31% para -1,33%), enquanto em Habitação a queda mais forte (-0,17% para -0,21%) foi provocada por gás de bujão (2,04% para -1,19%). Além disso, pacotes de telefonia fixa e internet (1,04% para 0,00%) contribuíram para o declínio de Comunicação (0,26% para -0,05%).

Em contrapartida, três classes de despesas tiveram acréscimo nas taxas de variação: Transportes (0,92% para 1,16%) por influência de tarifa de ônibus urbano (1,03% para 1,25%); Saúde e Cuidados Pessoais (0,40% para 0,51%), motivado por medicamentos em geral (-0,04% para 0,24%); e Despesas Diversas (0,17% para 0,20%) influenciado por serviço religioso e funeral

(0,06% para 0,47%).

Entre as maiores influências individuais de baixa no IPC-M de fevereiro, segundo a FGV, estão, além de gás de botijão, tarifa de eletricidade residencial (mesmo com a redução da queda, de -2,19% para -1,74%), batata-inglesa (14,13% para -9,42%), sabão em pó (0,39% para -2,67%) e alcatra (1,96% para -2,90%).

Já entre as maiores influências individuais de alta estão, além de tarifa de ônibus urbano, gasolina (apesar da leve desaceleração de 2,16% para 2,10%), plano e seguro de saúde (que manteve a taxa de 0,95%), etanol (2,57% para 3,60%) e tomate (mesmo com a taxa mais baixa, de 39,58% para 10,13%).

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) desacelerou a alta de 0,28% em janeiro para 0,14% em fevereiro, conforme divulgado na última sexta-feira (23). O alívio tem a influência do grupo Materiais, Equipamentos e Serviços, que arrefeceu de 0,59% para 0,32%, e também do grupo relativo à mão de obra, que registrou estabilidade depois de elevação de 0,03%.

ALAGOAS

Audiência pública de privatização da Ceal é suspensa após protesto dos sindicatos

A audiência pública que discute a privatização da distribuidora Ceal foi suspensa ontem por protesto de sindicatos. Trabalhadores invadiram o auditório onde o evento, em Maceió (AL), ocorreu aos gritos de "Fora Temer" e "golpistas não passarão" e a Ceal é nossa". A empresa, que pertence à Eletrobras, será pri-

vatizada em 30 de abril, e a realização da audiência é uma condição necessária para realizar o leilão.

De acordo com o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Paulo Pedrosa, a Policia Militar de Alagoas informou não ter condições de garantir a segurança do evento. Por isso, a assem-

bleia foi suspensa. "Nossa principal preocupação no momento é preservar a integridade física da equipe do MME e das pessoas que estão na audiência", afirmou Pedrosa. "O ambiente, de fato, está muito tenso e a PM nos comunicou a insegurança da situação atual."

Segundo Pedrosa, o

governo vai avaliar uma alternativa para concluir o processo e remarcar a audiência pública.

Ele esclareceu, porém, que a Ceal não é mais uma concessão, pois a Eletrobras não renovou o contrato de concessão da empresa. Portanto, se não for privatizada, a Ceal será liquidada até 30 de junho deste ano. No cenário de liqui-

dação, os funcionários terão que negociar com uma massa falida, explicou Pedrosa.

"Aqueles que entendem que impedir a realização da audiência pública impedirá a privatização se enganam. Não há mais concess